

SOBERANIAS INDÍGENAS E AS INDEPENDÊNCIAS NAS AMÉRICAS *EM ATLAS HISTÓRICOS E LIVROS DIDÁTICOS*

DOI: 10.29327/210932.10.2-4

Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior
Universidade Federal do Amapá, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas,
Licenciatura em História. Amapá-Brasil
alexandreacruzunifap@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-8240-4388>

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir as representações cartográficas das independências nas Américas presentes em atlas históricos e livros didáticos. A partir do conceito de “comunidades imaginadas” de Benedict Anderson, pretendemos problematizar a atual utilização de mapas como ilustração territorial deste processo histórico, assumindo como real a projeção de poder e controle fronteiriço dos novos estados independentes, silenciando imensos territórios no continente controlados por diferentes povos indígenas. Deste modo, o discurso cartográfico veiculado pelos mapas, acaba por reforçar uma visão teleológica da história das independências, assumindo projetos vencedores como sinônimos de homogeneidade política.

PALAVRAS-CHAVE: Independências nas Américas. Regime Cartográfico. Territorialidades Indígenas.

INDIGENOUS SOVEREIGNTY AND INDEPENDENCE IN THE AMERICAS IN HISTORICAL ATLAS AND TEXTBOOKS

ABSTRACT: The article aims to discuss the cartographic representations of independence in the Americas presented in historical atlas and textbooks. Based on Benedict Anderson's concept of “imagined communities”, we intend to analyze the ongoing use of maps as a territorial illustration of that historical process, taking as real the projection of power and border control of the new independent nation-states, silencing huge territories on the continent controlled by different indigenous peoples. In this way, the cartographic discourse conveyed by the maps, ends up reinforcing a teleological view of the history of the independences in the Americas, assuming winning projects as synonymous of political homogeneity.

KEYWORDS: Independence in the Americas. Cartographic Regime. Indigenous territories.



INTRODUÇÃO

Efemérides costumam estimular o aumento de reflexões historiográficas sobre os sentidos e as dimensões acerca daquilo que se rememora. Como apontam Kraay e Ma-lerba (2010, p. 368): “Para os historiadores, essas comemorações são fontes para pensar a memória coletiva, a invenção das tradições, a construção das nações e a contestação política manifestada nas polêmicas suscitadas por elas” (2010, p. 368). Com o bicentenário da independência política do Brasil não seria diferente. Faz-se necessário tecer profundas críticas a correntes celebratórias de um passado nacional continuamente reificado a partir de diversos meios e instrumentos, dentre eles o próprio ensino de história, que excluiu e invisibilizou diferentes grupos socialmente marginalizados. Entretanto, se os “centenários de independências” nos possibilitam ampliar um olhar sobre as historiografias nacionais, é importante evitar o chamado “nacionalismo metodológico”, ou seja, tomar a história nacional como processo iminentemente endógeno.

Pimenta (2015) chama a atenção para a importância de se pensar a independência do Brasil em um contexto atlântico politicamente bastante turbulento e, principalmente, aponta como a experiência das independências hispano-americanas influenciou e, muitas vezes, moldou a trajetória e as opções políticas de atores envolvidos no processo brasileiro. De fato, a construção da identidade nacional brasileira, sobretudo durante o período monárquico, muitas vezes se imaginou como a antítese de seus vizinhos republicanos, lidos como estados propensos a guerras civis e ao esfacelamento territorial. O interessante é que esse processo de imaginação nacional brasileira como reflexo invertido de seus vizinhos também conviveu com uma imaginação solidária, principalmente quando se tratou de obliterar os protagonismos indígenas nas Américas.

Nesse sentido, o presente artigo pretende refletir sobre os sentidos dos 200 anos da independência brasileira a partir de incômodas persistências de instrumentos ideológicos de legitimação de uma nacionalidade excludente. Mais especificamente iremos nos debruçar sobre o que chamaremos de regime cartográfico das independências nas Américas, analisando as representações cartográficas dos novos Estados veiculadas em atlas históricos e livros didáticos. Partimos da hipótese de que se consolidou um regime cartográfico teleológico da formação territorial dos países do continente, contribuindo assim para reforçar o próprio “mito de origem” do Estado-nação brasileiro, pretensamente consubstanciado em um território “gigante pela própria natureza”, mas que, por outro lado, silencia a historicidade de outras territorialidades originárias ainda presentes no continente.

A busca da explicação para a origem nas nações [modernas] não na articulação entre a generalidade e a especificidade da história mundial, europeia e americana do período, tampouco na construção dos Estados, mas sim em fatores endógenos, por meio de referenciais construídos inicialmente como mitologia nacional e reiterados de diversas maneiras ao longo dos anos, levou muitos historiadores a considerar a nação territorialmente definida como resultado de um necessário porvir histórico, suposto destino dessas coletividades. (PIMENTA, 2006, p. 31)

Se, como aponta Detienne (2013), o “romance nacional” tornou-se um gênero historiográfico a partir do século XIX, a “trama” sempre se desenrolou sobre um espaço geográfico imaginado. No caso americano, a reificação desses espaços a partir de representações cartográficas presentes em atlas históricos e livros didáticos escondem toda a historicidade de “palcos” fluídos e extremamente irregulares, apagando noções indígenas de territorialidade que não desapareceram durante os processos de independências e, na verdade, ainda buscam reconhecimento.

Embora o levantamento não tenha sido exaustivo, acreditamos que os atlas históricos e as coleções didáticas destacadas nas páginas seguintes indicam uma tendência persistente a ser superada: o anacronismo territorial americano difundido a partir do ensino de história no Brasil. Foram selecionados o *Atlas Histórico Escolar*, publicado em 1977, e o *Atlas Brasil 500 anos*, publicado em 1998, referências presentes em diversas coleções didáticas de história ao longo das últimas décadas. As coleções didáticas foram selecionadas pela grande distribuição nacional e aprovada no PNLD 2013, para o Ensino Médio, e pelo PNLD 2018, para o Ensino Fundamental.

Nesse sentido, nos interessa descentralizar o nacional no ano do bicentenário e inserir o tema da independência do Brasil em um processo mais amplo, no tempo e no espaço, considerando fundamental cotejar a experiência brasileira com a de seus vizinhos continentais a partir de um ensino de história das Américas crítico nas nossas escolas.

A IMAGINAÇÃO TERRITORIAL NACIONAL NAS AMÉRICAS

Como aponta Santos (2004), a concepção do Estado moderno buscou superar uma contradição inerente a instituições medievais, ideologicamente ancoradas na defesa de uma comunhão moral e religiosa, politicamente se estruturam de modo fragmentado. Assim, os poderes dos *collegia* medievais abaixo do Estado, e das autoridades religiosas acima do Estado, passaram a ser combatidos no plano das ideias e das práticas.

O Estado dos séculos XVII e XVIII diferia fundamentalmente do Estado-nação contemporâneo em sua fonte de legitimação interna, pois nele os interesses e as razões do soberano impunham-se à coletividade por direito divino. Ademais da ênfase nas razões de Estado como guia para as ações dos soberanos, o Estado moderno conta, como seu principal atributo, com a soberania sobre seu território. (SANTOS, 2004, p. 35)

É possível depreender desta passagem como a centralização política e administrativa dos Estados modernos sustentou-se firmemente na defesa da manutenção e expansão de seus domínios territoriais. Com a crise do Antigo Regime, a partir da Revolução Francesa (1789), a legitimidade dinástica do Estado foi sendo substituída por outra, que deveria emanar, em tese, do povo. Hobsbawm (2011) salienta como a equação *Estado = nação = povo*, já em sua origem moderna, era política e, por conseguinte, disputada. Entretanto, tais disputas muitas vezes foram apagadas dos “romances nacionais”, obliterando projetos populares de nacionalidade, na consolidação de uma perspectiva quase naturalista de estados nacionais.

De fato, se do ponto de vista revolucionário ‘a nação’ tem algo em comum, não era, em qualquer sentido, a etnicidade, a língua ou algo mais [...] O que caracterizava o povo-nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares, e o bem comum contra o privilégio”. (HOBSBAWN, 2011, p.31)

No começo do século XX, o jurista austríaco Otto Bauer, buscando alinhar socialismo e nacionalismo, criticava a concepção “naturalista” dos Estados-nação em voga no século XIX. Para Bauer, a pequena burguesia, os camponeses e os trabalhadores de qualquer Estado-nação “podem estar sob dominação alheia; são explorados e oprimidos por latifundiários, capitalistas e burocratas. Mas essa dominação alheia pode estar oculta. Não se evidencia” (BAUER, 2000, p.77).

Nesse sentido, Bauer já criticava perspectivas em que as identidades nacionais modernas eram tomadas como entidades homogêneas que revelariam o “caráter”, a “alma” ou a “natureza” de um povo, apontando a existência de instrumentos de dominação, muitas vezes inaparentes, que gerariam pretensamente a imagem de coesão nacional. Porém, foi principalmente após a Segunda Guerra Mundial que historiadores, antropólogos e cientistas políticos passaram a se debruçar sobre os aspectos instrumentais dos projetos de nação, que passou a ser assumido por diversas correntes como vetor artificial de controle das massas, fabricado para atender propósitos específicos de uma determinada classe ou grupo social. Tanto a filosofia política marxista quanto a liberal, cada uma baseada em seus princípios, estiveram alinhadas à essa visão crítica. O campo marxista denunciou a ideia de nação e nacionalismo como instrumentos de controle da burguesia sobre os trabalhadores, através da promoção de tradições “inventadas”, como sugere o trabalho de Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997).

Ainda nesse sentido crítico, Smith (2000) pontuaria que nem toda “invenção”, entretanto, encontraria ressonância popular. “Claro que há mais coisas na formação das nações do que uma ‘fabricação’ nacionalista. A ‘invenção’ deve ser entendida em seu outro sentido: é uma recombinação inédita de elementos já existentes” (SMITH, 2000, p.202).

Buscando dar conta dessa complexidade analítica, Benedict Anderson (2008) passou a postular que a nação moderna poderia ser mais bem definida como uma “comunidade política imaginada”.

Na verdade, qualquer comunidade maior que a aldeia primordial do contato face a face (e talvez ela mesma) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (ANDERSON, 2008, p.33).

Em seu influente livro, “Comunidades Imaginadas”, Anderson (2008) inverteu a lógica sedimentada na historiografia tradicional que vislumbrava o nascimento do Estado-nação moderno na Europa. Para o historiador inglês, foi nas Américas, com a formação de estados independentes *criollos*, que a necessidade de diferenciação das Metrôpoles combinada ao medo da mobilização política das classes populares, teria ativado muito

rapidamente nas elites revolucionárias a instrumentalização de projeção/imaginação das novas identidades nacionais.

Para Anderson (2008), investigar como os Estados-nações são imaginados requer sempre ampliar o campo de análise. Ainda que recortes mais evidentes, como os meios de comunicação de massa, o sistema educacional e as regulamentações administrativas ensejem reflexões constantes, no caso de Estados-nacionais Pós-coloniais também caberia observar os censos, os mapas e os museus como contínuos da “imaginação colonial” presentes na consolidação da “imaginação nacional”. “Juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio – a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade de seu passado” (ANDERSON, 2008, p. 227).

Para não fugirmos ao escopo deste artigo, vale focarmos suas reflexões sobre a cartografia como, ao mesmo tempo, herança colonial e vetor de imaginação nacional pós-colonial. Tomando a Tailândia como estudo de caso, Anderson sugere que os mapas históricos conformariam uma espécie de narrativa político-biográfica do espaço, tornando-se uma “logomarca” nacional.

Puro signo. Não mais bússola para o mundo. Com esse formato, o mapa ingressou numa série que podia ser reproduzida ao infinito, podendo ser transferido para cartazes, selos oficiais, capas de revistas e manuais, toalhas de mesa e paredes de hotéis. Imediatamente identificável, visível por toda a parte, o mapa-logo penetrou fundo na imaginação popular. (ANDERSON, 2008, p. 242)

Podemos afirmar que a cartografia, como herança colonial e ao mesmo tempo sustentáculo das narrativas nacionais nas Américas, rapidamente foi reificada, passando a legitimar a soberania territorial a partir de uma herança seletiva de um passado colonial idealizado. Entretanto, como salienta Romero (2004), a ideia de um controle total dos territórios do “Novo Mundo” pelos colonizadores foi algo construído ideologicamente, com pouca efetividade prática.

Deu-se a ela [tomada do total do território] uma fundamentação jurídica e teológica, construída sobre montanhas de argumentos; mas o conquistador viveu sua própria fundamentação, que era indiscutível porque se baseava em um ato de vontade e era, no fundo, sagrada. Tomou-se posse do território concreto onde se colocavam os pés e se assentava a cidade; mas, além do território conhecido, também se tomou posse intelectual de todo o território desconhecido, repartindo-o sem conhecê-lo [...]. Assim, as jurisdições foram instituídas de direito antes de que o fossem de fato. O estabelecimento foi sempre formal ao mesmo tempo que real; mas o formal superava o alcance real. (ROMERO, 2004, p.79)

Portanto podemos inferir que a pretensa “herança territorial colonial” nas Américas foi (e está sendo) imaginada, tanto por atores políticos ao longo do século XIX quanto por nós mesmos no limiar do século XXI. E o pior, tomando atlas históricos e livros didáticos como um dos vetores dessa incômoda imaginação excludente.

AS INDEPENDÊNCIAS AMERICANAS E OS POVOS INDÍGENAS: PROJETOS *CRIOLOS*

Durante muito tempo, a crença em uma irresistibilidade do projeto colonial colocou os povos indígenas em uma posição de passividade e inércia frente às Metrôpoles europeias nos “romances nacionais”.

Como aponta Gibson (2012, p. 269)

Durante todo o século XIX e início do século XX, uma hipótese amplamente aceita era que pouca coisa ou nada de destaque na vida indígena havia sobrevivido às conquistas do século XVI. A opinião concordava com os escritos clássicos sobre a conquista, famosos por suas descrições de massacres, torturas e vitórias militares, sem qualquer vínculo com acontecimentos anteriores ou posteriores. As conquistas foram aparentemente tão concentradas, tão cataclísmicas, tão dramáticas, por colocarem frente a frente soldados europeus e nativos americanos, que ninguém questionou seu poder de aniquilação.

Entretanto, como apontam as pesquisas de John Manuel Monteiro, o impacto da conquista e colonização nas Américas não se resume a destruição e dizimação das sociedades indígenas. Trabalhos pioneiros, como os de Nathan Wachtel, apontaram para formas variadas e complexas na relação das sociedades indígenas com os projetos de conquista e colonização espanhola, sendo observados processos de colaboração e conflito, resistência violenta e/ou passiva. Apesar da importância dessas releituras, Garcia (2011) aponta como a historiografia passou, então, a empregar largamente as noções de resistência e aculturação como chaves para pensar os povos indígenas no período colonial.

Um tanto esquematicamente, a aculturação era empregada para designar as populações que viviam no interior da sociedade colonial e significava uma “perda” de suas “culturas originais”, cujo resultado inexorável seria sua integração à massa da população. A resistência, por sua vez, remetia aos índios que habitavam as margens dos impérios, que no caso espanhol representavam grande parte de seu território. Reagindo contra a sociedade colonial, tais índios lutariam para preservar seus “valores tradicionais” (GARCIA, 2011, p. 57)

Para Boccara (2007), entretanto, devemos descartar as tentações a-históricas, essencialistas e arcaizantes sobre as sociedades indígenas, compreendendo os povos indígenas que viviam no interior dos projetos coloniais como essencialmente submetidos e aculturados e os chamados povos indígenas de fronteira como essencialmente resistentes. Também na historiografia sobre os processos de independência na América hispânica, por exemplo, o signo da manipulação se fez presente. Gouvêa (2011), em uma densa revisão bibliográfica, apontou como as independências hispano-americanas foram abordadas pela historiografia brasileira de modo bastante convencional e pouco explicativa até muito recentemente, tributária de uma perspectiva liberal e nacionalista oitocentista.

Além disso, pode-se argumentar também que a abundância de estudos produzidos nos diferentes países da América Latina encontra-se fortemente associada a uma discussão bastante teleológica dos processos de construção dos diversos estados nacionais”. (GOUVÊA, 2011, p. 84)

Concomitante ao tenso período de consolidação burocrática e territorial dos novos estados independentes difundiram-se, no campo letrado, importantes debates acerca das identidades nacionais que emergiriam das novas repúblicas. Ao longo do século XIX, intelectuais e políticos americanos, inspirados pelo republicanismo, romantismo alemão e positivismo, debateram os aspectos primordialistas e/ou construtivistas das identidades nacionais. *Grosso modo*, as duas vertentes teóricas orientaram as ações políticas na construção dos estados-nação americanos: para a vertente *primordialista*, o *ethos* nacional deveria ser localizado no compartilhamento de um passado comum; por outro lado, para a vertente *construtivista*, a nacionalidade seria um fenômeno moderno e deveria ser estruturada a partir de um projeto político orientado. Seja como for, em ambas as perspectivas, os indígenas deveriam ser instrumentalizados para reforçar o projeto hegemônico, muitas vezes, ou quase sempre, alheia a seus próprios interesses. No final do século XIX, o evidente caráter heterogêneo dos povos americanos pendeu a balança para a emergência de projetos construtivistas da nacionalidade.

Como aponta Pamplona e Doyle (2008)

Tanto a população da América do Norte quanto a da América Latina eram diferentes das populações dos países de origem. Todas eram populações multiétnicas, com proporções variadas de indígenas, africanos trazidos como escravos, uma crescente diversidade de imigrantes europeus e, mais tarde, de asiáticos. O pluralismo, bem como o aspecto recente das nações americanas, solapou qualquer tentativa de visualização da nação em termos do paradigma europeu como um povo unido e caracterizado pela ascendência comum, por um profundo passado coletivo ou tradições culturais homogêneas. (PAMPLONA; DOYLE, 2008, p. 23)

Entretanto, no arco de projetos construtivistas, havia diferentes visões sobre como lidar com as características evidentemente heterogêneas desses Estados. No caso do México, por exemplo, como aponta Young (2008), o nacionalismo *criollo* desenvolveu ao longo do século XIX uma relação ambígua com a forte presença demográfica indígena no país. Se por um lado buscaram instrumentalizar a ideia de um nobre passado Asteca como semente nacional, também delegaram aos indígenas contemporâneos o papel de “degenerados”, em parte como resultado do próprio processo de colonização, o que colocava a Espanha como agente da degradação nativa, não a elite mexicana.

Como aponta Gil (2013, p. 41)

No processo de construção da nação no decorrer do século XIX, os *criollos* impuseram aos demais grupos sociais um modelo único que se baseava nos elementos culturais deste grupo [...] Seria dever do Estado mexicano “civilizar” os grupos étnicos e fazê-los abandonar seus costumes e valores tradicionais.

No caso argentino, por outro lado, conforme Delaney (2008), os indígenas não fizeram parte de um projeto *criollo* de identidade nacional, nem mesmo como agentes de um passado nobre e idílico. A baixa densidade populacional indígena teria permitido que lideranças políticas e intelectuais os excluíssem do “romance nacional”, forjando, como

aponta Garcia (2011), a imagem de uma nação essencialmente branca de descendência europeia¹. Seja como presença degenerada no México ou como ausência dizimada na Argentina, a agência indígena nos processos de independência e, na conseqüente imaginação nacional, lhes foi negada.

Entretanto, como aponta Almeida (2011, p.109-10):

Diferentes povos indígenas participaram intensamente das guerras de independência da América espanhola, tendo atuado tanto nas tropas dos revolucionários quanto nas dos realistas. Não há como generalizar essas atuações, pois elas podiam variar bastante, inclusive entre os membros da mesma comunidade e/ou etnia; ou entre povos habitantes de uma mesma região ou de áreas vizinhas.

De fato, povos indígenas não só participaram das guerras de independência como lograram preservar a soberania de suas terras sobre extensos territórios até as últimas décadas do século XIX.

AS INDEPENDÊNCIAS AMERICANAS E OS POVOS INDÍGENAS: PROJETOS INDÍGENAS

Em 30 de abril de 1860, o *toqui* (líder militar) mapuche, Mangil Wenu, escreveu ao general argentino Justo José de Urquiza para lhe apresentar um quadro dramático sobre o início dos confrontos com as tropas chilenas. Para justificar sua posição no conflito, Wenu iniciou a carta listando todos os tratados celebrados entre os mapuches e o reino da Espanha, ainda no período colonial, que consolidaram o rio BioBío como a fronteira entre colonos europeus e seu povo. Embora o governo do Chile independente também tivesse assinado tratado semelhante², o líder militar indígena denunciou as constantes fustigações em seu território, tornando a guerra incontornável³.

O governo [chileno] demarcou uma província ultrapassando o Biobío que abarca parte considerável do nosso território [...] e, por conseguinte, querem nos sujeitar à sua autoridade, jogando por terra todos os tratados a que me referi [...] Se achas que tenho razão em defender a minha independência do governo de Santiago, creio que com teu bom coração me ajudará com alguma força ou, ao menos, animará os naturais de Calbucura, seus aliados, a me auxiliarem quando os avise e, ainda, poderia me enviar alguns cavalos” (CARTAS MAPUCHE, 2008, p. 313 – 314, tradução nossa)

Para fazer a carta chegar até Urquiza, Wenu enviou seu filho para o território do Cacique machupe-lonco, Juan Kallfükura, à leste dos Andes, que havia recentemente selado a paz com o governo argentino. Entretanto, o mesmo Kallfükura, conhecido como o “rei dos Pampas”, enfrentava problemas com o governo de Buenos Aires. Em carta enviada ao então presidente Bartomolé Mitre, em março de 1863, o cacique reclamou das desconfianças que caíam sobre si após o acordo de paz.

1 Embora esta perspectiva esteja sendo confrontada nas últimas décadas, é impressionante a capilaridade que ainda possui no país vizinho. Em junho de 2021, o presidente da Argentina, o peronista Alberto Fernandez, em encontro com o primeiro-ministro da Espanha, afirmou que “*los mexicanos salieron de los indios, los brasileños salieron de la selva, pero nosotros, los argentinos, llegamos de los barcos, y eran barcos que venían de allí, de Europa. Y así construimos nuestra sociedad*”.

2 Tratado de Tapihue (1825)

3 Em 1881, após décadas de conflitos, o Chile ocupou definitivamente a região.

Estou tão aborrecido neste distrito em que me encontro, porque as mentiras são muitas [...]. Não sei por que há tanta desconfiança, pois quando eu fiz os tratados com você, não os fiz para quebrar minha palavra, mas para ser firme e leal. Assim como eu não tenho a menor desconfiança de você, não devem **desconfiar de mim**. (CARTAS MAPUCHE, 2008, p. 376, tradução nossa)

Dez anos depois, ao norte do continente, na atual fronteira entre o México e os Estados Unidos, o chefe Apache de nome Cochise se encontrou com representantes do exército estadunidense em seu território. O governo daquele país solicitou à liderança indígena que impedisse que seus guerreiros adentrassem o território mexicano. O governo dos Estados Unidos, após a anexação de grande parte do norte mexicano com a assinatura do Tratado de Guadalupe Hidalgo (1848) para encerrar a guerra entre os países, deveria pacificar a fronteira. O chefe Apache respondeu então que nada poderia fazer, pois não havia assinado nenhum tratado de amizade com o México. Se este quisesse a paz, deveria se reportar diretamente a ele. (LAHTI, 2017)

Os casos citados, ocorridos na segunda metade do século XIX em diferentes regiões do continente americano, ilustram como a formação dos espaços territoriais nacionais nas Américas não foi um processo costurado apenas entre os novos estados independentes após as guerras revolucionárias. Estes teriam que conviver e negociar grandes porções de território sob controle soberano de povos indígenas. Se para o pensamento colonial europeu “fronteira” significava o limite geográfico da projeção de poder de suas conquistas e o limite cultural entre civilização e barbárie, para os indígenas “fronteira” poderia significar o limite de contenção que lograram estabelecer através de guerras e tratados diplomáticos de modo a proteger sua soberania territorial até às portas do século XX.

Apenas para exemplificar, como aponta Perry (1991), uma gigantesca extensão territorial entre os atuais Estados Unidos e México, no primeiro quarto do século XIX, é melhor representada como um mosaico de pretensões imperiais e territórios indígenas. O caso dos Apaches é emblemático, posto que se viam como parte interessada, mas soberana, nas relações entre México e Estados Unidos durante a guerra de 1848, como vimos anteriormente. Durante o conflito apreenderam os norte-americanos como aliados face a um inimigo comum, os mexicanos.

Uma fonte de tensão entre os Apaches e os Estados Unidos no início foi o desacordo sobre as relações com o México. Nem o México nem o governo espanhol anteriormente conseguiram ocupar o território Apache. Quando os norte-americanos disseram aos Apaches que o México havia cedido suas terras aos Estados Unidos como parte dos acordos de guerra, a questão parecia absurda. (PERRY, 1991, p. 23, tradução nossa)

Na América do Sul, Passeti (2021) demonstra como Chile e Argentina não herdaram simplesmente seus atuais territórios da Espanha, mas conquistaram, através de alianças e guerras com os caciques da região ao longo do século XIX, vastas extensões de terras ocupadas por grupos indígenas durante todo o período colonial.

As alianças entre caciques e grupos *criollos* não pode ser entendida apenas como manipulação. Naqueles tempos, havia alguns caciques alfabetizados e outros que contavam com secretários (indígenas ou mestiços) e tradutores para o estabelecimento e manutenção de comunicação com autoridades civis, militares e eclesiásticas. A análise dessa correspondência explicitou a articulação política dos cacicados, alianças assinadas, ações bélicas conjuntas e o reconhecimento, por parte dos *criollos* de autoridades e soberanias indígenas. (PASSETTI, 2021, p. 60)

ATLAS HISTÓRICOS E LIVROS DIDÁTICOS: SILÊNCIOS CARTOGRÁFICOS

Analisando o *Atlas Histórico Escolar*, publicado em 1977, podemos perceber um padrão que será amplamente repetido nas obras a seguir: a completa ausência de territórios indígenas soberanos durante o período colonial e independente nas Américas. Observem que no mapa abaixo, a Capitania Geral do Chile e o Vice-reino do Prata já assumem o contorno territorial dos atuais Chile e Argentina no que tange a soberania do extremo sul do continente.

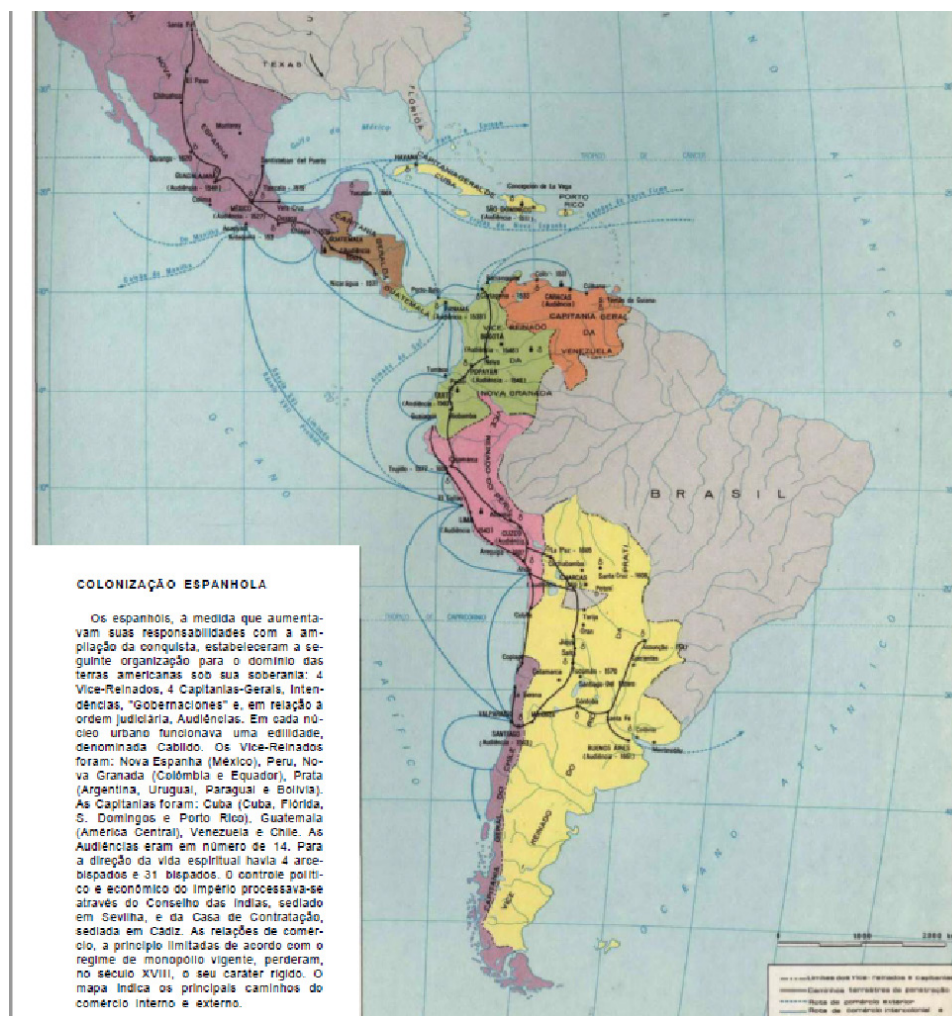


Imagem 1: Atlas Histórico Escolar (1977, p.50)

A mesma lógica se verifica a seguir no mapa publicado em 1998 no *Atlas Brasil 500 anos*. Ainda que mais complexo, buscando dar ênfase à diversidade étnica dos paí-

ses americanos, demonstra especial atenção em apresentar a distribuição da densidade demográfica de origem europeia (leia-se: Portugal, Espanha e Inglaterra). Entretanto, ainda que tenha um quadrado tracejado para indicar fronteiras em litígio, esses conflitos dizem respeito aos novos estados independentes, não entre estes e os povos indígenas.



Imagem 2: Atlas Brasil 500 anos (1998, p. 33)

No livro didático direcionado ao ensino médio, *Das cavernas ao terceiro milênio* (2013) o mesmo padrão se repete. Observem que não se tratou de uma mera reprodução de algum atlas histórico já publicado, mas de mapa original, assinado pelo editor de cartografia da editora Moderna. Importante notar ainda o que Anderson (2008) chamou do mapa como uma logomarca nacional, espécie de narrativa político-biográfica do espaço, como vimos acima. Aqui o mapa assume o papel de uma verdadeira carteira de identidade, incluindo a data de nascimento dos estados nacionais americanos.



Imagem 3: Das cavernas aos terceiro milênio (2013, p.130)

Mesma lógica se vê reproduzida na coleção *Teláris* (2018) organizada pelos autores e na coleção *Historiar* (2018), ambas dedicadas ao Ensino Fundamental, evidenciando o que Anderson (2008) apontou como a força da imaginação territorial colonial que se desdobra na imaginação territorial nacional.

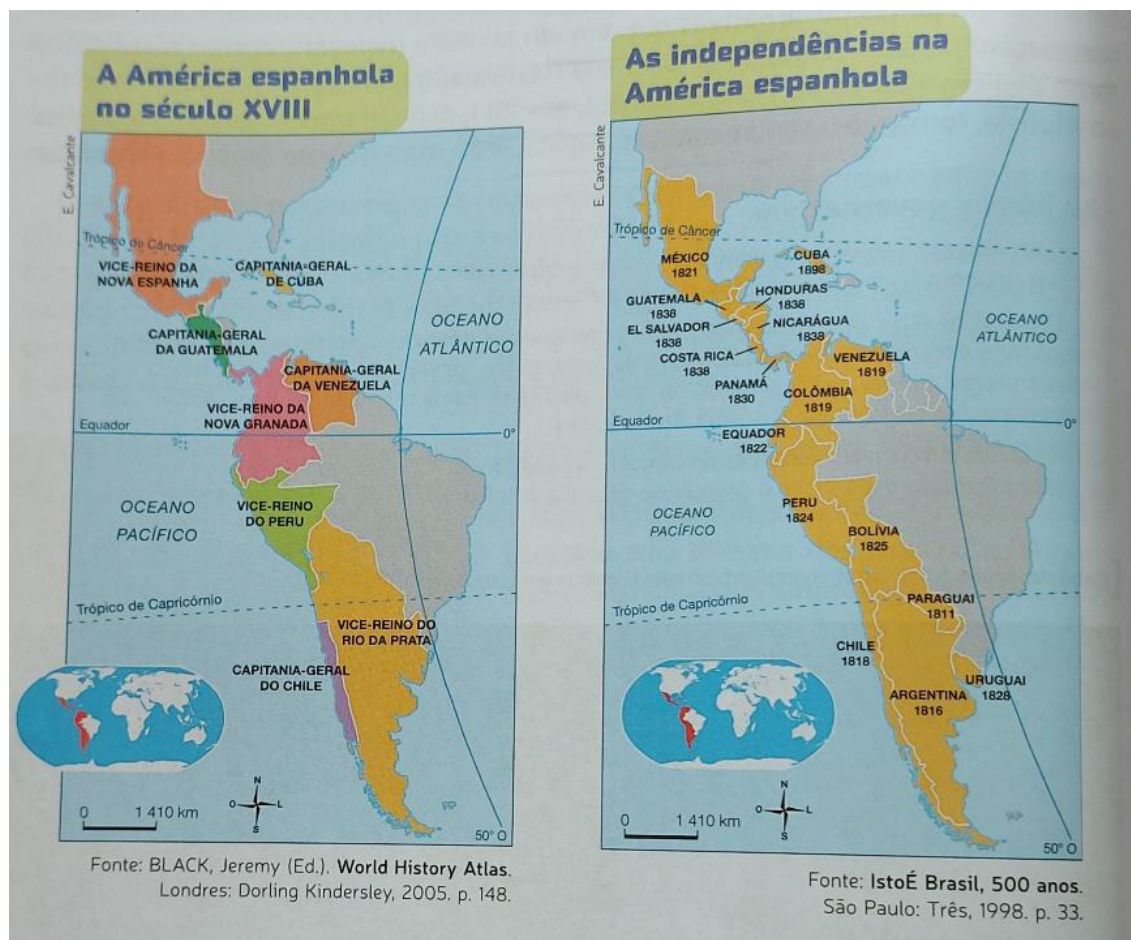


Imagem 4: Coleção *Teláris* (2018, p. 101)



Imagem 5: Coleção *Historiar* (2018, p.96)

Já a coleção *Vontade de Saber* (2018), também voltada ao Ensino Fundamental, dispõe os mapas lado-a-lado, deixando bastante evidente, a persistência da imaginação territorial colonial herdada na imaginação territorial independente.



Mapa 6: Coleção *Vontade de Saber* p.126)

CONCLUINDO

Como aponta Tuncay (2013, p.78)

No marco das demandas dos movimentos sociais indígenas da última década, o papel do patrimônio cartográfico tem sido essencialmente de natureza estratégica. Diversas comunidades ou organizações indígenas produziram mapas usados como ferramentas de contestação política. O objetivo final de tais mapas é demonstrar a continuidade histórica da ocupação de um determinado território e enfatizar os vínculos espirituais, históricos e econômicos entre o território reivindicado e a comunidade reivindicadora.

Na história do pensamento colonial nas Américas, os mapas não apenas tiveram um caráter instrumental, mas também projetavam pretensões de poder e legitimidade territorial, influenciados em parte pela “doutrina do direito de descoberta”. Nesse contexto, colonizadores europeus se outorgavam o direito de considerar “descobertas” as terras já ocupadas pelos povos nativos, ao definir por seus próprios critérios o que seria uma efetiva posse e exploração da terra. Sendo assim, a soberania efetiva de amplos territórios por grupos indígenas não era reconhecida em mapas político-geográficos que buscavam

orientar a divisão territorial entre potências europeias e, posteriormente, entre os novos estados latino-americanos independentes. Ou seja, a reprodução acrítica de mapas territoriais das Américas em atlas educativos e livros didáticos acabam por torná-los um instrumento da perpetuação da “imaginação territorial colonial” até os dias atuais.

Como aponta Harvey (2009, p.11)

Nos mapas, as fronteiras foram objeto de distorções geográficas, as quais provêm de tentativas de afirmar pretensões históricas em um território nacional, ou seja, de utilizar os mapas por antecipação para projetar e legitimar futuras ambições territoriais.

Conforme Tower e Spangler (2020), o conceito de soberania nas Américas possui uma historicidade. A associação entre soberania e estados-nacionais no continente remonta à segunda metade do século XIX, mas conviveu e convive com outras perspectivas. Embora trabalhos recentes tenham buscado descentralizar as historiografias nacionais, esta tendência ainda persiste ao ignorarmos completamente as soberanias territoriais indígenas em um período cronológico bastante recente. Podemos afirmar que no ensino de história das independências nas Américas, a utilização de mapas político-geográficos têm corroborado para consolidar uma perspectiva teleológica da formação territorial dos novos estados.

Sendo assim, a construção de mapas didáticos que representem os espaços territoriais de soberania indígena durante os processos de independência nas Américas se faz necessário, não apenas por serem mais acurados historicamente, evitando perspectivas teleológicas sobre os processos de conformação das identidades nacionais, mas principalmente por esclarecer a um público mais amplo que as lutas atuais por território entre povos indígenas em todo o continente americano não se trata de um ressurgimento ou inovação, mas tratam-se de processos históricos inseridos na longa duração.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília. RAMINELLI, Ronald. **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro; FGV, 2011.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BAUER, Otto. A nação. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 12, n. 23, jul-dez, p. 67-83, 2007.
- BRAICK, Patrícia Ramos. MOTA, Myrian Brecho. **História: das cavernas ao 3º milênio**. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- BRASIL. MEC/FENAME. **Atlas Histórico Escolar**. 1977.
- COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral**. 2ª.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- COTRIM, Gilberto. RODRIGUES, Jaime. **Historiar**, 8º.ano: Ensino Fundamental. 3ª ed. São Paulo: Saravia, 2018.

- DELANEY, Jeane. Imaginando *la raza argentina*. In: PAMPLONA, Marco. A. DOYLE, Don H. **Nacionalismo no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. São Paulo: Autêntica, 2013.
- DIAS, Adriana Machado. GRINBERG, Keila. PELLEGRINI, Marco. **Vontade de Saber: História, 8º ano Ensino Fundamental**. 1ª.ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.
- GARCIA, Elisa F. Os índios e as reformas bourbônicas: entre o “despotismo” e o consenso. In: AZEVEDO, Cecília. RAMINELLI, Ronald. **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro; FGV, 2011.
- GIBSON, Charles. As sociedades indígenas sob o domínio espanhol. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina Colonial vol. II**. São Paulo; Brasília: FUNAG, 2012.
- GIL, Antonio Carlos Amador. **O lugar dos indígenas na nação mexicana**. Vitória: Aves de Água, 2013.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América espanhola. In: AZEVEDO, Cecília. RAMINELLI, Ronald. **História das Américas: novas perspectivas**. Rio de Janeiro; FGV, 2011.
- HARVEY, John Brian. Mapas, saber e poder. In: **Confins [Online]**, n.5. 2009.
- HOBSBAWM, Eric J. e Terence RANGER. **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade [Edição Especial]**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- Isto é. **Atlas Brasil 500 anos**. São Paulo: Três, 1998.
- KRAAY, Hendrik., & MALERBA, Jurandir. (2010). Festejar e repensar a Independência: um balanço. **Estudos Ibero-Americanos**, 36 (2), 2010. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2010.2.8768>
- LAHTI, Janne. **Wars for Empire: Apaches, the United States, and the Southwest Borderlands**. Norman, Okla: The University of Oklahoma Press, 2017.
- OJEDA, Jorge Pavez.. **Cartas Mapuche: siglo XIX**. Colección de Documentos para la Historia Mapuche, vol. II. Santiago de Chile: CoLibris & Ocho Libros, 2008.
- PAMPLONA, Marco. A. DOYLE, Don H. **Nacionalismo no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PASSETTI, Gabriel. Resistências indígenas, zonas autônomas e os estados argentino e chileno. In: PRADO, Maria Ligia. **Utopias Latino-americanas: política, sociedade e cultura**. SP: Contexto, 2021.
- PERRY, Richard J. **Western Apache Heritage: people of the mountain corridor**. Austin: University of Texas Press, 1991.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios Ibéricos no Prata (1808 – 1828)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil e a experiência hispanoamericana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.
- ROMERO, José Luis. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.
- SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- TOWER, Frank. SPANGLER, Jewel L. (ed). **Remaking North America sovereignty: states transformations in the 1860's**. New York: Fordham University Press, 2020.
- TUNCAY, Vildan. B. Reflexiones sobre el uso del material cartográfico como herramienta pedagógica en América Latina: una función marginalizada ante la función estratégico-legal. In: **En Apuntes** 26 (1), 2013.
- YOUNG, Eric Van. Revolução e comunidades imaginadas no México, 1810 – 1821. In: PAMPLONA, Marco. A. DOYLE, Don H. **Nacionalismo no novo mundo: a formação de estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Record, 2008.